

PALAVRAS, CONCEITOS E CONTEXTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS: A PLURALIDADE NA TERAPIA OCUPACIONAL^{1,2}

Palabras, conceptos y contextos históricos y
culturales: la pluralidad en Terapia Ocupacional

Words, concepts, and cultural and historical
contexts: Plurality in Occupational Therapy

Ana Paula Serrata Malfitano ³
Patrícia Leme de Oliveira Borba ⁴
Roseli Esquerdo Lopes ⁵

RESUMO

Os estudos sobre ocupação têm informado parte da área de Terapia Ocupacional, notadamente no contexto anglo-saxão e, muitas vezes, tidos como diretrizes em nível mundial. Contudo, há um aumento dos debates em torno da diversidade teórico-metodológica radicada localmente, o que envolve histórias, culturas e vocabulários próprios. Objetiva-se apresentar e discutir conceitos que se relacionam ao *locus* da ação terapêutico-ocupacional: atividade humana, ocupação, cotidiano e modos de vida, assim como aqueles relacionados à finalidade da atuação profissional: engajamento ocupacional, inserção/inclusão social, emancipação/autonomia e participação social, a partir da realidade brasileira. Postula-se a defesa de que parte destes conceitos auxilia a centralização das ações terapêutico-ocupacionais, tomando-se os sujeitos e a vida social. Por sua vez, a Ciência Ocupacional tem desenvolvido pesquisas sobre a relevância do social em seus referenciais. Questiona-se, então, a possibilidade de diálogos entre Terapia Ocupacional e Ciência Ocupacional, na composição do campo científico da área. Defende-se que é preciso que se reconheça a pluralidade de vocabulários, histórias e culturas em curso, inclusive rediscutindo-se o próprio conceito de ocupação. Intenciona-se contribuir com diálogos horizontais, com vistas a ampliar a produção de conhecimentos e a valorizar diferentes perspectivas teóricas e assistenciais que informam a Terapia Ocupacional.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia Ocupacional, conhecimento, tendências, formação de conceito

RESUMEN

Los estudios sobre ocupación han fundamentado parte del campo de la Terapia Ocupacional, principalmente en el contexto anglosajón, y con frecuencia se les ha tomado como directrices mundiales. Sin embargo, han aumentado los debates alrededor de la diversidad teórico-metodológica construida localmente, lo que implica historias, culturas y vocabularios propios. Se busca presentar y discutir, a partir de la realidad brasileña, conceptos relacionados con el locus de la acción terapéutico-ocupacional: actividad humana, ocupación, cotidiano y modos de vida, así como otros relacionados con la finalidad de la actuación profesional: compromiso ocupacional, inserción/inclusión social, emancipación/autonomía y participación social. Se argumenta que algunos de esos conceptos ayudan a poner a los sujetos y la vida social en el centro de las acciones terapéutico-ocupacionales. La Ciencia Ocupacional, por su parte, ha desarrollado investigaciones sobre la relevancia de lo social en su base de conocimiento. Se cuestiona, entonces, la posibilidad de entablar diálogos entre Terapia Ocupacional y Ciencia Ocupacional, en la composición del campo científico del área. Se sostiene que es necesario reconocer la pluralidad de vocabularios, historias y culturas, rediscutiendo, incluso, el concepto de ocupación. Se pretende contribuir con diálogos horizontales, con miras a ampliar la producción de conocimientos y valorar diferentes perspectivas teóricas y prácticas que sirvan como base para la Terapia Ocupacional.

PALABRAS CLAVE: Terapia Ocupacional, conocimiento, tendencias, formación de concepto

ABSTRACT

Studies addressing occupation have informed part of the Occupational Therapy field, notably in the Anglo-Saxon context. They are often considered worldwide guidelines. However, there is an increasing debate around locally rooted theoretical-methodological diversity involving particular histories, cultures, and vocabularies. The objective is to present and discuss, from a Brazilian perspective, concepts related to the locus of occupational therapists' action – human activity, occupation, *cotidiano* (everyday life), and ways of life – as well as those associated with the purposes of professional practice – occupational engagement, social insertion/inclusion, emancipation/autonomy, and social participation. It is argued that some of these concepts help centralizing subjects and social life in the occupational-therapeutic activities. In turn, Occupational Science has developed research on the relevance of the social aspect to its framework. Therefore, the possibility of dialogues between Occupational Therapy and Occupational Science in the composition of the scientific field of the area is discussed. It is argued that there is a need to recognize the plurality of current vocabularies, histories and cultures, including re-discussing the concept of *occupation*. The aim is to contribute with horizontal dialogues, expanding the production of knowledge and valuing different theoretical and practical perspectives that inform Occupational Therapy.


KEYWORDS: Occupational Therapy, knowledge, trends, concept formation

¹ Este artigo foi a base da Conferência ministrada por Ana Paula Malfitano, durante o 18º Congresso da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais, em 2022, Paris, França, tendo sido produzido em conjunto pelas três autoras e previamente ao evento. A transcrição da conferência, com a referência a esta produção conjunta, foi publicada em: Malfitano, A.P.S. (2022). An anthropophagic proposition in occupational therapy knowledge: Driving our actions towards social life, *World Federation of Occupational Therapists Bulletin*, 78(2), 70-82, <https://doi.org/10.1080/14473828.2022.2135065>. Copyright © World Federation of Occupational Therapists, versão publicada com permissão de Taylor & Francis Ltd, <http://www.tandfonline.com> em nome da World Federation of Occupational Therapists.

² Este artigo foi enviado à Revista *Ocupação Humana* em resposta ao convite feito pela editora e o Comitê Editorial, visando ampliar o acesso para terapeutas ocupacionais falantes de português e espanhol, depois da participação da primeira autora no Congresso de Paris.


³ Terapeuta ocupacional. Mestre em Educação. Doutora em Saúde Pública. Professora associada, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, Brasil.

anamalfitano@ufscar.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0502-3194>

⁴ Terapeuta ocupacional. Mestre e Doutora em Educação. Professora associada, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Federal de São Carlos. Santos, SP, Brasil.

patricia.borba@unifesp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9654-8593>

⁵ Terapeuta ocupacional. Especialista em Saúde Pública. Mestre e Doutora em Educação. Professora titular, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, Brasil.

relopes@ufscar.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9572-4586>

INTRODUÇÃO

A escolha de palavras para a designação de um dado campo de conhecimento está intimamente conectada aos contextos históricos e culturais mediante aos quais tais escolhas são feitas. Palavras são expressões de tais contextos e podem estar naquilo que se denomina “vocabulário comum”, nos diferentes espaços de sua utilização, ou assumirem o *status* de um termo ou conceito, quando colocada no âmbito da produção teórica de saberes.

Termo refere-se a nomeações de determinados vocábulos utilizados por pesquisadores e pensadores de um campo, porém, sem um detalhamento teórico do seu significado, o que resulta na maior variabilidade de sua utilização (Barros, 2016). Os termos podem assumir a composição de um conceito, na medida em que “existe uma língua viva da qual os cientistas podem se valer nos seus esforços de conceituar e de escolher as palavras que funcionarão como conceitos-chave para suas disciplinas, de modo mais geral, ou para suas perspectivas teóricas, de modo mais específico” (Barros, 2016, p. 24). Barros (2016) aborda a “vontade de conceito”, que advém da necessidade de operacionalização sistemática no interior de certo campo de saber ou de práticas.

Podemos dizer que a área de Terapia Ocupacional dispõe mais de termos do que de conceitos produzidos e reproduzidos por seus pesquisadores e profissionais para delimitações de seu campo de conhecimentos e práticas, demandando uma reflexividade epistêmica (Kinsella & Whiteford, 2009). Por tais razões, identificamo-nos, assim como outras colegas que vêm também direcionando esforços nesta direção (Galheigo, 2020; Von Poellnitz & Silva, 2019), com a “vontade de conceito” para a fundamentação da nossa área.

A palavra conceito é originária do latim, *conceptus*, derivada do verbo *concupere* (conceber), que significa “formar dentro de si” (Barros, 2021, s/p). *Concupiere* pode tomar o sentido de gerar, ideias ou seres, mas também de inflamar, incendiar. O que se relaciona às proposições iluministas de “iluminar algo em uma determinada direção”. Pode, então, ser definido como: “uma representação complexa, elaborada e abstrata da realidade percebida – habitualmente evocada através de uma simples expressão verbal, imagem ou fórmula – e capaz de funcionar como uma unidade de conhecimento e de comunicação” (Barros, 2021, s/p.).

Compreendemos, portanto, que os conceitos envolvem abstrações geradas a partir da realidade percebida, logo, vivida. Desta forma, os conceitos gerados pelas áreas de conhecimento são constituídos historicamente, de acordo com interesses, políticas e culturas dos contextos em que são elaborados. Como consequência, estão inseridos em processos de disputas para sua assunção mais generalizada, por se tornarem hegemônicos no interior de suas áreas, na busca da sua institucionalidade e do reconhecimento por um campo de conhecimento e de saber (Bourdieu, 1993).

Na área de Terapia Ocupacional, os conceitos disponíveis (e que vêm sendo utilizados) advêm majoritariamente do norte global (Lewis et al., 2015), intencionando sua assunção generalizada em todo o mundo (Taff & Putnam, 2022). Por outro lado, são crescentes as discussões sobre a necessidade de diferentes perspectivas que considerem outras realidades e palavras em seus contextos e, portanto, a diversidade de elaborações conceituais para a área de Terapia Ocupacional (Barros et al., 2002, 2007; Guajardo et al., 2015; Malfitano & Lopes, 2021; Richards & Galvaan, 2018).

Assim, posicionamo-nos como autoras brasileiras, com histórico de pesquisa e atuação em Terapia Ocupacional Social (Barros et al., 1999, 2002, 2007; Lopes & Borba, 2022; Lopes & Malfitano, 2021, 2023), que, com base em nossa realidade,

se voltam às reflexões acerca de conceitos que fundamentam reflexões teóricas que podem parametrizar a prática de terapeutas ocupacionais, em suas diversas áreas (ou subáreas) de atuação, e que, igualmente, possibilitam diálogos, aproximações e diferenciações, com a denominada Ciência Ocupacional.

DEFININDO TERAPIA OCUPACIONAL

As profissões, de forma geral, e a Terapia Ocupacional, em particular, têm a necessidade de definir publicamente o que fazem, como fazem e para que fazem. Ao longo do desenvolvimento histórico de cada profissão, definições e procedimentos vão sendo criados e atualizados, perseguindo a intenção de melhor expressar suas contribuições às problemáticas/questões para as quais se voltam com a oferta de respostas.

No bojo das definições, percebemos que há duas necessidades centrais a serem trabalhadas:

1.o *locus* de ação do terapeuta ocupacional: o que é utilizado como meio de trabalho, ou aquilo que organiza/estrutura a intervenção, demarcando a especificidade profissional sobre como é realizada sua ação;

2.a *finalidade*⁶ de sua ação profissional, ou seja, sua função e contribuição sociais.

Nesse sentido, considerando a leitura de diferentes definições da Terapia Ocupacional, nos ateremos àquela da *World Federation of Occupational Therapists* (WFOT), com o intuito de debater os desdobramentos da sua incorporação na nossa realidade. Segundo a WFOT:

A Terapia Ocupacional é uma profissão de saúde, centrada no cliente, direcionada a promover a saúde e o bem-estar por meio da ocupação. O principal objetivo da Terapia Ocupacional é permitir que as pessoas participem das atividades da vida cotidiana. Os terapeutas ocupacionais alcançam esse resultado trabalhando com pessoas e comunidades para aumentar sua capacidade de se envolver nas ocupações que desejam, precisam ou se espera que façam, ou modificando a ocupação ou o ambiente para melhor apoiar seu engajamento ocupacional. (WFOT, 2012, s/p., tradução livre)⁷.

Na elaboração do excerto acima, observa-se que o *locus* de ação terapêutico-ocupacional proposto está nas ocupações, considerando o que as pessoas querem, precisam ou têm a expectativa de fazer, e a finalidade do trabalho seria a promoção do melhor engajamento ocupacional, visando à participação em atividades da vida cotidiana, retornando, assim, a finalidade da ação às próprias ocupações. Tal elaboração vincula *locus* de ação profissional e finalidade da intervenção na “ocupação”.

Ao compreender a complexidade envolvida em uma elaboração conceitual, bem como as controvérsias sempre decorrentes, advindas de vocábulos enraizados em um dado contexto, propõe-se aqui o debate acerca da unicidade do conceito de ocupação para a definição de *locus* e de finalidade no âmbito da ação profissional em Terapia Ocupacional.

⁶ Finalidade é aqui utilizada como aquilo que se pretende alcançar, o propósito da intervenção profissional. Também debatido como o “objetivo” do trabalho profissional.

⁷ “Occupational Therapy is a client-centred health profession concerned with promoting health and well being through occupation. The primary goal of Occupational Therapy is to enable people to participate in the activities of everyday life. Occupational therapists achieve this outcome by working with people and communities to enhance their ability to engage in the occupations they want to, need to, or are expected to do, or by modifying the occupation or the environment to better support their occupational engagement” (WFOT, 2012, s/p.)

Outros pontos poderiam ser igualmente debatidos na definição feita pela WFOT, como por exemplo, a centralidade proposta no terapeuta ocupacional como um profissional restrito à saúde, seja como setor de serviços e/ou área de conhecimento. Qual a razão da opção por essa centralidade? No Brasil, assim como em outros países, o terapeuta ocupacional não é “somente” um profissional de saúde centrado no cliente, conforme propõe a referida definição. Há diferentes setores de atuação, tais como a assistência social, a educação, a justiça, o trabalho e a cultura, que empregam esta categoria de profissionais, em que não são caracterizados como profissionais de saúde, pois respondem às demandas dos diferentes serviços que compõem esses diferentes setores. Portanto, terapeutas ocupacionais são também profissionais de saúde, mas não apenas. Ainda, o próprio recorte de uma prática “centrada no cliente” tem sido criticado, dado seu enfoque demasiadamente individual (Fransen et al., 2015; Gupta & Taff, 2015), invisibilizando ações coletivas envolvidas no bojo das atuações profissionais, como também desconsiderando o necessário trânsito entre as dimensões individual e coletiva (Malfitano et al., 2021).

Baseadas em estudos, debates e dados advindos do Brasil⁸, propomos a discussão sobre quatro conceitos como *locus* da atividade profissional: atividade humana (Francisco, 1988; Silva, 2019), ocupação (Magalhães & Galheigo, 2010), cotidiano (Bezerra et al., 2022; Farias & Lopes, 2021; Galheigo, 2020) e modos de vida (Melo & Lopes, 2023). Também, quatro conceitos como finalidades do trabalho de terapeutas ocupacionais: engajamento ocupacional, inserção/inclusão social (Lopes & Borba, 2022; Marcolino et al., 2020; Sousa et al., 2021), emancipação/autonomia (Lussi, 2020) e participação social (Silva & Oliver, 2021).

LÓCUS DE AÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL

Locus, palavra latina que significa lugar, posição ou local, é aqui utilizada para expressar o “espaço de trabalho”, caracterizando aquilo que é operacionalizado por terapeutas ocupacionais para alcançar as finalidades de sua ação profissional. Os vocábulos que se destinam a expressar o *locus* de ação têm se desenvolvido com base em diferentes termos e conceitos, em interface, principalmente, com as ciências humanas e sociais. Sem a pretensão de deslindar aspectos que envolvem diferentes complexidades, apresentam-se, a seguir, breves descrições dos quatro conceitos aqui elencados e escolhidos para expressar referenciais que podem informar a prática profissional.

Atividade humana é o primeiro conceito. Vem sendo utilizado desde o início da institucionalização da profissão no Brasil, baseando-se, à época, na definição da Associação Americana de Terapia Ocupacional, a qual foi disseminada pela edição em língua espanhola do livro “Terapia Ocupacional”, de Williard & Spackman (1973), que dizia: “T.O. é a arte e a ciência de dirigir a resposta do homem para atividades selecionadas para promover e manter a saúde, prevenir deficiências, avaliar comportamento e tratar ou treinar pacientes com disfunção física ou psicossocial” (p. 1). As atividades, nesta perspectiva, se direcionam para uma função de adaptação dos indivíduos à sociedade, uma visão que passou a ser fortemente criticada na terapia ocupacional brasileira, no final da década de 1970. A proposição crítica alternativa defendia uma atuação técnica que articulasse conjuntamente as dimensões ética e política envolvidas no trabalho (Francisco, 1988; Lopes, 1990; Nascimento, 1990).

Consequentemente, o conceito de atividade foi ressignificado para além da ideia de “instrumento terapêutico”, para uma ação profissional que considerasse o sujeito em suas múltiplas dimensões, incluindo-se a coletiva, histórica e social (Nascimento, 1990), vislumbrando transformações de processos políticos, de consciência, resistências e multiplicidades de formas de vida (Silva, 2019). As atividades podem ser utilizadas como instrumentos que dialetizam o indivíduo e o coletivo, a pessoa e o grupo (Pan et al., 2022), incorporadas como elemento que promove o encontro e o diálogo entre o sujeito, seu grupo social, seu tempo histórico, sua tradição cultural (Barros et al., 2002). No desenvolvimento histórico da profissão, as atividades têm sido utilizadas como recurso para a intervenção, instrumento de trabalho, ferramenta ou objeto

⁸ As discussões sobre os *locus* e as finalidades da ação em Terapia Ocupacional vêm de nossa participação no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, Brasil, propondo esse debate coletivo. Isto ocorreu em 2014-2015, quando da formulação do curso de doutorado em terapia ocupacional (apresentado e aprovado pelo Ministério da Educação do Brasil, em 2015). Mais aprofundadamente em 2016, por ocasião da primeira oferta da disciplina Referenciais Teórico-Metodológicos em Terapia Ocupacional, que foi idealizada por pesquisadoras/es que faziam (e algumas/ns delas/es ainda fazem) parte do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, bem como a participação de outras/os colegas brasileiros/os, cujo processo teve o objetivo de subsidiar a formação de doutores em Terapia Ocupacional.

de estudo, com elaborações que vão desde os seus aspectos ontológicos, compreendendo que o “fazer” constitui os seres humanos, até suas dimensões aplicadas a objetivos específicos para a consecução do trabalho em Terapia Ocupacional (Lima, 2020).

Ocupação, o segundo conceito, na língua portuguesa, assim como em outros idiomas, tem entre seus sinônimos emprego, ofício, função de trabalho exercida. Tal significado relaciona-se com a história da Terapia Ocupacional no Brasil, quando o profissional iniciou suas ações para habilitar/reabilitar pessoas com deficiência ou agravos à saúde para o trabalho, formal ou informal (Soares, 1991).

Historicamente, na Terapia Ocupacional brasileira, o termo ocupação esteve fortemente associado a proposições advindas do “tratamento moral”, nas instituições psiquiátricas, como manicômios, onde a “ocupação” dos sujeitos institucionalizados (pacientes, enfermos, “loucos”) estava presente mesmo antes da existência de terapeutas ocupacionais e da própria profissão. Neste contexto, ocupação destinava-se à manutenção da ordem institucional posta, que incluía a exploração do trabalho servil e a exortação aos perigos da ociosidade (Nascimento, 1991).

Um outro significado para a ideia de “ocupação”, em português, refere-se às lutas pela propriedade da terra, tão concentrada em países de grande desigualdade social, como é o caso do Brasil (embora não apenas), seja no âmbito rural (movimentos sociais populares de luta pela terra e reforma agrária) ou urbano (movimentos sociais populares de luta por habitação e circulação urbana). Ocupar torna-se apropriar-se, tomar posse, enfrentando a ordem de leis injustas que ratificam a desigualdade estrutural capitalista.

Sob tal histórico, ocupação conectava-se, e ainda se conecta, a uma ideia/situação que implica opressão, exclusão, manutenção/enfrentamento da ordem autoritária e alienação, compondo processos de “institucionais totais” (Goffman, 1961), ou de demarcação da propriedade.

Entretanto, nos últimos quinze anos, aproximadamente, com uma circulação mais propagada da literatura anglo-saxã no Brasil, tem ocorrido uma maior utilização do termo ocupação, tendo como referências principais o Modelo da Ocupação Humana (Kielhofner, 2008) e o modelo de intervenção proposto pela Associação Americana de Terapia Ocupacional (*Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process*) (AOTA, 2002). Porém, este tem sido um caminho bastante diferente do processo denominado de o renascimento do paradigma da ocupação, ocorrido em alguns países anglo-saxões, o qual, fundamentalmente, criticava a dominância biomédica no exercício profissional de terapeutas ocupacionais e advogava pela ampliação de sua visão social (Whiteford et al., 2000); entre nós, o processo de criticidade no interior da profissão não passou pela reassunção do termo ocupação, tampouco seu “renascimento”. A perspectiva crítica no Brasil, desde os anos de 1980, influenciada pelas experiências de parte dos seus profissionais que integrou movimentos sociais de lutas contra a ditadura militar e civil e pela democracia, estava na necessidade de assinalar a centralidade da dimensão política da atuação técnica por meio da ação profissional (Lopes, 2021). Para além de uma crítica ao reducionismo trazido à intervenção pela predominância de proposições fincadas no binômio saúde-doença e das insustentáveis dicotomias entre indivíduo-sociedade, indivíduo-natureza e indivíduo-cultura, a Terapia Ocupacional caminhou pela discussão das especificidades da ação profissional quando lida com as necessidades sociais (Malfitano & Lopes, 2021). Assim, o conceito de ocupação, nesta história de muitas vias, vem ocorrendo no interior da profissão no Brasil, com diferentes visões acerca da pertinência ou não de seu uso como *locus* de ação profissional.

Cotidiano é o terceiro conceito. Cotidiano tem sido utilizado na Terapia Ocupacional brasileira desde os anos de 1990. Essa utilização parte da crítica às práticas centradas apenas no indivíduo, especificamente àquelas que trazem uma perspectiva instrumental e técnica à compreensão da vida. Cotidiano incluiria as dimensões sociopolíticas envolvidas na vida de cada sujeito, em uma dialética entre indivíduo e sociedade (Heller, 1984). Segundo Galheigo (2020): “A leitura do cotidiano permite ainda conhecer os modos de pensar, agir e sentir de sujeitos e coletivos; as representações que fazem suas experiências em meio à ideologia hegemônica (...). Cotidiano, portanto, é experiência e saber” (p. 8). Todavia, cotidiano é um vocábulo do latim, *cotidianus*, que

não tem equivalente na língua inglesa. Vem sendo traduzido como *everyday life*, tendo como base a obra de Agnes Heller (1984), filósofa húngara que se debruçou sobre a sua definição, em uma perspectiva materialista-histórica dialética. Porém, *everyday life* não necessariamente engloba as dimensões sociopolíticas da vida, como proposto em cotidiano, dificultando para aqueles que não têm o latim como origem de seu idioma a compreensão das explicações acerca de sua utilização na profissão. O uso crescente do conceito de cotidiano na Terapia Ocupacional brasileira (Bezerra et al., 2022; Farias & Lopes, 2021; Salles & Matsukura, 2013; Matsukura & Salles, 2016) relaciona-se com a emergência de um pensamento crítico acerca das funções sociais do profissional (Galheigo, 2020) e a necessidade de se articular as dimensões micro e macrosociais em toda ação em Terapia Ocupacional (Lopes & Malfitano, 2021, 2023).

Por fim, modos de vida é o quarto conceito. Advindo das ciências sociais, especificamente da sociologia urbana, é utilizado a partir do início do século XX, para expressar a mudança de vida decorrente dos processos de industrialização e urbanização (Wirth, 1938). Relacionado, à época, com as condições de vida dos trabalhadores, propõe articular o contexto global com o local, ou seja, a força da estrutura econômico-social e a ação dos indivíduos, em suas dimensões pessoal e social. Buscava a compreensão sobre como os trabalhadores e suas famílias viviam também fora das fábricas. Durante o final dos anos 1970 e a década de 1980, o tema dos modos de vida esteve imbricado em estudos feministas que já traziam a preocupação de uma análise que rompesse com a dicotomia entre condições estruturais e práticas subjetivas (Lobo, 1992). Na continuidade da aplicação de seu conceito ao contexto contemporâneo, sua utilização como *locus* de ação do terapeuta ocupacional visa enfatizar os aspectos socioeconômicos e culturais na vida dos sujeitos, grupos e/ou comunidades com quem o profissional atua, destacando as possibilidades e impossibilidades dos múltiplos modos de viver. Melo (2021) aplica três categorias do conceito de modos de vida para embasar as reflexões em terapia ocupacional: o sistema e os atores sociais, a história e o cotidiano, e o objetivo e o subjetivo na percepção do real (Guerra, 1993). Tais análises visam à “compreensão dos contextos que produzem lugares desiguais e na repercussão dessas desigualdades nos seus cotidianos” (Melo, 2021, p. 187), com destaque à diversidade cultural e às desigualdades sociais produzidas pelas diferenças, sejam aquelas decorrentes das condições de classe, gênero, raça/etnia, corporeidades, deficiências, local de moradia ou de outro marcador social. Portanto, é na articulação entre a estrutura social e as experiências dos sujeitos, ou seja, nos modos de vida, que ações terapêutico-ocupacionais podem efetivamente dialogar e lidar com as necessidades desses sujeitos, individuais e coletivos.

Nessa breve descrição dos quatro conceitos elencados, evidenciam-se algumas similaridades, além de diferentes enfoques que os constituíram; são aqui apresentados com a intencionalidade de demonstrar a limitação da proposição de utilização de apenas um conceito na nossa área, qual seja, ocupação, como também a riqueza que podem trazer outras vertentes conceituais à ação profissional. Estamos propondo que terapeutas ocupacionais precisam mais do que o conceito de “ocupação” para orientar seu pensamento e sua prática.

FINALIDADE DA AÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL

Igualmente à discussão sobre o *locus* de ação profissional, observa-se uma diversidade de conceitos que podem ser compreendidos como a finalidade da atuação profissional, em diálogo com a função social exercida pelos terapeutas ocupacionais, a depender da natureza de cada serviço em que estão envolvidos, de suas missões, de cada instituição e de cada sujeito com quem atuam.

Um ponto de encontro no debate sobre a finalidade das ações terapêutico-ocupacionais está na crítica à redução das possibilidades de ação a uma perspectiva biomédica individualizante, geralmente associada à funcionalidade e/ou ao desempenho motor,

que é bastante presente na formação profissional e em parte significativa das intervenções, especialmente quando em serviços de reabilitação, importante referência no âmbito do trabalho em Terapia Ocupacional. Embora caiba destacar a pertinência e a relevância desse tipo de ação, o que se questiona é a inadequação de sua redução à totalidade da atuação profissional (Whiteford et al., 2000).

Neste contexto, em consonância à crítica a proposições biomédicas reducionistas, a finalidade predominante na literatura anglo-saxã, acerca da atuação em Terapia Ocupacional, utilizada pela WFOT em sua definição, é a de engajamento ocupacional. O termo engajamento, etimologicamente, origina-se no francês medieval, *engager*, referindo-se ao comprometimento ou ao compromisso com algo.

Embora historicamente tenhamos proeminência no uso de engajamento como comprometimento político de sujeitos e práticas que visam à transformação social – intelectual engajado, professor engajado, arte engajada –, mais recentemente se destaca o uso corporativo e publicitário do termo. Nesse ínterim, o conceito de engajamento é utilizado hegemonicamente no mundo do trabalho e na comunicação digital como o alinhamento ideológico entre instituições (principalmente empresas), suas marcas e seus públicos (Bastos, 2020, p. 196).

Por outro lado, não há um consenso sobre a definição de engajamento na literatura em Terapia Ocupacional e na Ciência Ocupacional (Black et al., 2019; Kennedy & Davis, 2017; Morris & Cox, 2017). Esse cenário remete à questão se a área constituiu um conceito ou ainda utiliza um termo, o que engloba uma variabilidade de sentidos e noções. Em revisões de literatura realizadas (Black et al., 2019; Kennedy & Davis, 2017; Morris & Cox, 2017) foram apontadas as dimensões da participação e do significado pessoal e social como elementos fundamentais para o engajamento dos sujeitos em ocupações. Este engajamento deve associar valores positivos para si, sendo influenciado por questões internas e externas ao sujeito. Adiciona-se, desta forma, uma complexidade ao trabalho de terapeutas ocupacionais, expandindo seu bojo de ação para além de aspectos restritos à função e à própria funcionalidade. Nesse sentido, considerando tal criticidade presente na utilização do conceito, ainda, o que se observa é um retorno da finalidade do trabalho do terapeuta ocupacional ao conceito de ocupação, ou seja, ocupação como *locus* de ação para promover o engajamento em ocupações. Assim, *locus* e finalidade estariam associados no mesmo conceito.

Como mencionado acima, no histórico brasileiro, que se diferencia no desenvolvimento e na utilização do conceito de ocupação, o engajamento ocupacional não é a finalidade mais presente no vocabulário acadêmico e profissional da área (Malfitano & Lopes, 2021). Na nomenclatura brasileira, a discussão sobre inserção/inclusão social, emancipação/autonomia e participação social são mais presentes como desígnios das finalidades da intervenção terapêutico-ocupacional.

O segundo conceito é inserção/inclusão social. São conceitos polissêmicos, com base em diferentes vertentes teóricas, que advêm de uma leitura da sociedade, a partir de sua organização e funcionamento. Inserção e inclusão são, muitas vezes, utilizados como sinônimos, no entanto, possuem histórias e construções teóricas próprias. Relacionam-se com a discriminação, o estigma, a pobreza, a dificuldade e/ou a impossibilidade da vida social (Gallie et al., 2003). Optamos aqui por uma abordagem materialista-histórica, que interroga o conceito de inclusão, à medida em que considera os excluídos da organização do trabalho como parte do funcionamento capitalista, propondo, então, a utilização de inserção social para expressar a ação daqueles que têm possibilidades de atuação no tecido social (Castel, 2003). Os processos de inserção, segundo Castel (2003), relacionam-se ao acesso ao trabalho e às redes sociais de suporte. O trabalho caracteriza-se como a possibilidade concreta de integração, efetivada por meio do salário/retorno financeiro recebido por ele. As redes sociais de suporte são definidas pelos apoios pessoais e sociais dos quais o sujeito dispõe para sua vida cotidiana, podendo resultar de relações primárias, como a família, amigos, sindicato, igrejas etc., ou secundárias, como os serviços institucionais (Castel, 2003). É a possibilidade de acesso ao trabalho e às redes sociais de suporte que caracteriza o estado de inserção social.

Em um complexo contexto marcado pela desigualdade, promovida por diferentes marcadores sociais vivenciados – como classe, raça, gênero, corporeidades, deficiências, local de moradia e suas interseccionalidades –, a atuação profissional sempre será limitada pela macroestrutura. Ainda assim, demanda-se aos profissionais o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o favorecimento da inserção de sujeitos e grupos sociais, que enfrentam, por diferentes razões, a vulnerabilidade social. A finalidade do trabalho terapêutico-ocupacional seria a criação, o fomento e a articulação de redes sociais de suporte visando à inserção social. Então, a vida social ganha a centralidade das ações dos terapeutas ocupacionais, buscando uma leitura acerca da sociedade que possibilite, em conjunto com o outro, traçar projetos de inserção e persegui-los. Isto implica uma perspectiva de articulação das dimensões macro e microsociais no fazer profissional, como proposto, por exemplo, pela Terapia Ocupacional Social (Lopes & Malfitano, 2021, 2023). Todavia, inclusão social tem sido mais amplamente utilizado pelos terapeutas ocupacionais brasileiros, pois se trata de uma expressão bastante presente quando referida aos cenários de profundas exclusões enfrentadas no país (Escorel, 1999; Oliveira, 1997), mas, também, devido ao fato de um número expressivo de profissionais atuar junto a crianças com deficiências, lutando para a criação e para a consolidação de leis em prol de uma educação inclusiva. Esta militância visa possibilitar o acesso ao sistema regular de ensino por esse público, em um posicionamento contrário à segmentação e exclusão nas chamadas escolas e/ou salas especiais (Souza et al., 2021). Em outra perspectiva teórica, Pereira (2017), com base em experiências australianas, também toma a inclusão social como a finalidade da atuação em Terapia Ocupacional, propondo ações que desenvolvam e lidem com *capacidades, oportunidades, recursos e ambientes*⁹.

Desse modo, consideram-se diferentes vertentes teóricas acerca dos conceitos de inserção/inclusão social. Além disso, a finalidade da ação terapêutico-ocupacional voltar-se-ia para o desenvolvimento de metodologias que lidem com questões estruturais, na busca da criação de brechas que favoreçam a inserção/inclusão social dos sujeitos.

Emancipação e autonomia constituem a terceira formulação que pontuamos como proposta de finalidades da atuação em Terapia Ocupacional, cujo foco estaria na promoção individual e coletiva de condições de liberdade e vida social. A ideia de emancipação foi debatida ao longo do século XX, principalmente pelos teóricos da Escola de Frankfurt, que se fundamentaram nas fontes do marxismo para a definição de uma possível emancipação social (Santos, 2005). Pode ser entendida como a capacidade de o ser humano, a partir da reflexão sobre as incertezas da contemporaneidade e da percepção das contradições do contexto social, se restituir como sujeito autônomo mediante o exercício de pensar criticamente sua condição humana, orientada por uma práxis que possibilite um processo que vá na direção da transformação social. Tal processo só é possível frente a um grau de autonomia, de propriedade de si, que, por outro lado, não inviabilize a vida em sociedade, na qual a liberdade seja um marcador que permita a expressão individual no mundo social (Safatle, 2019). Nesta conjunção, a proposição centra-se na relevância de terapeutas ocupacionais atuarem em práticas emancipatórias que objetivem o desenvolvimento conjunto com o outro de oportunidades de conhecimento, de produtividade e de reconhecimento que se direcionem para processos de autonomia individual e social. Isto decorreria de uma intervenção que persiga “alternativas concretas de potências e potencialidade de pessoas e coletivos” (Lussi, 2020, p. 1.344).

Por fim, participação social é o quarto conceito. Em sua polissemia de significados no interior da profissão, abrange perspectivas de aplicação em diferentes campos de atuação, com enfoques individuais e coletivos. Tais usos salientam processos de pessoas, grupos e coletivos relacionados à interação social na família, com amigos e na comunidade; ao engajamento na escola, no trabalho e no lazer; bem como à dimensão política e ao acesso aos direitos e à cidadania (Silva & Oliver, 2021). Esta diversidade demonstra raízes teóricas diferentes que precisariam ser evidenciadas a depender do enfoque da ação profissional em execução.

⁹ No original: CORE - *Capabilities, Opportunities, Resources and Environments*.

¹⁰ Tradução livre, no original: *enable people to participate in the activities of everyday life*.

A definição assumida pela WFOT destaca que a finalidade primeira da ação em Terapia Ocupacional seria realizar sua ação para possibilitar “que as pessoas participem das atividades da vida cotidiana”¹⁰, não sendo delimitada a perspectiva de

participação referenciada, pois, conjuntamente, dependerá do conceito de *everyday life* utilizado. Hammel et al. (2008) enfatizam que participação se relaciona a valores e definem, a partir do enfoque em pessoas com deficiência, como um processo multifacetado no interior de espaços territoriais, sociais, culturais e políticos e em comunidades. Pontuamos aqui a nossa opção teórica de que o conceito de participação social articule e não compartimentalize as dimensões individual e social. Em consonância com as proposições de Fraser (2003, 2004), demarcamos que a participação envolve o reconhecimento de diversos grupos “invisíveis” socialmente, assim como a redistribuição de recursos que viabilizem e fomentem a participação; lutas por reconhecimento e por redistribuição decorrem de processos de subordinação que impedem a participação e produzem injustiça social. Para Fraser (2003), é necessária uma paridade de participação, o que só será alcançada mediante o “reconhecimento recíproco” e a “igualdade de status”. Portanto, a ação profissional deveria abordar os desafios de: “desinstitucionalizar padrões de valor cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a fomentam” (Fraser, 2003, p. 16), a fim de contribuir com processos que intencionam a justiça social, em seus âmbitos identitários, econômicos e políticos, os quais dependem das possibilidades de participação social paritária (Fraser, 2004).

Novamente, nos quatro conceitos brevemente apresentados acima, observamos similaridades e diferentes abordagens em suas perspectivas teóricas. Assim, ao destacar inserção/inclusão social, emancipação e autonomia e participação social, sublinhamos suas centralidades na dimensão da vida social, considerando a dialética sempre presente entre indivíduo e sociedade. Desta forma, sugerimos a reflexão em torno de conceitos (estes ou outros) que melhor expressam as finalidades da ação profissional, em especial quando se direciona para o social. Defendemos que terapeutas ocupacionais que intencionam uma ação na vida social possam conhecer, aproximarem-se, discutir e incorporar ao seu repertório profissional conceitos para além da ocupação, como os aqui arrolados.

DIALOGOS COM A CIÊNCIA OCUPACIONAL

A Ciência Ocupacional advém de reflexões e debates de terapeutas ocupacionais, em parceria com colegas de outras áreas, que tiveram o intuito de desenvolver estudos sobre as ocupações de diferentes sujeitos e grupos, a fim de compor uma disciplina (a Ciência Ocupacional) que informasse principalmente a prática profissional do terapeuta ocupacional, tomada como um todo, ou seja, a própria Terapia Ocupacional. Constituiu-se como uma estratégia de estruturação de um campo, na disputa por recursos e legitimidade acadêmica no contexto de alguns países do norte global, notadamente nos Estados Unidos da América e no Canadá, visando apoiar cientificamente a Terapia Ocupacional, justificando, por exemplo, fundos para a pesquisa (Frank, 2012). Seu percurso tem caminhado para uma vertente interdisciplinar, expandindo suas discussões e preocupações em torno da sociedade contemporânea, por meio do desenvolvimento de um conhecimento que transcenda abordagens e modelos biomédicos (Calhoun, 2021; Clark et al., 1991).

No interior da Ciência Ocupacional, parte de seus pesquisadores tem questionado a individualização nas análises sobre as ocupações, defendendo a necessidade de reflexões que as contextualizem em uma perspectiva social. Entretanto, reconhecem que as publicações realizadas pela área, majoritariamente, decorrem de abordagens centradas no indivíduo (Dickie et al., 2006; Fogelberg & Frauwirth, 2010). A necessidade da problematização de perspectivas apenas individuais (Dickie et al., 2006; Gerlach et al., 2018; Laliberte-Rudman, 2013) – e de que seja assumida uma perspectiva crítica que lide com a dimensão social da vida – tem sido crescente nas produções da Ciência Ocupacional (Farias & Laliberte-Rudman, 2016).

Tais debates são igualmente presentes na Terapia Ocupacional, conforme discutido aqui, o que denota a relevância que podem ganhar diálogos entre as duas áreas. Em um percurso histórico de similaridades em que se posicionam a Terapia Ocupacional

e a Ciência Ocupacional, há também tensões em suas aproximações; não obstante, é preciso reconhecer as potencialidades e possibilidades que podem resultar desse diálogo (Calhoun, 2021). Para Laliberte-Rudman (2018), Ciência Ocupacional e Terapia Ocupacional podem construir uma aliança crítica relevante que potencialize a construção do conhecimento que vise à transformação social no direcionamento de lidar com as desigualdades estruturais da sociedade.

Dessa forma, concordando com essas possíveis alianças, sendo que nos posicionamos a partir da Terapia Ocupacional, identificamos potencialidades nos diálogos entre os conceitos aqui propostos (para embasarem o *lócus* e as finalidades da ação profissional na Terapia Ocupacional) e a Ciência Ocupacional. A dialogia pretendida decorreria da centralidade defendida em torno da compreensão e da ação para a vida social. Vale assinalar, contudo, que essa compreensão não se refere a um posicionamento majoritário, seja na Ciência Ocupacional e tampouco na Terapia Ocupacional. Em ambos os campos, há pesquisadores que defendem outras vertentes e, igualmente, podem trazer contribuições às áreas e à atuação profissional. Reconhecendo tais diferenças, mas investindo no debate acadêmico, vislumbramos, em conjunto àqueles que se alinham a uma perspectiva das ciências humanas e sociais, a potencialidade de diálogos entre proposições conceituais que têm demonstrado preocupações comuns.

Para tanto, demarca-se, novamente, o contexto local e cultural, bem como a historicidade dos conceitos como elementos fundamentais para o efetivo e horizontal estabelecimento de trocas e alianças. Calhoun (2021) destaca a necessidade de atenção a diferenças culturais e de linguagens, incluindo a discussão para além do contexto anglo-saxão (Kantartzis & Molineux, 2017; Magalhães et al., 2019).

Portanto, a pergunta que se coloca, para que seja viável a construção da referida dialogia, refere-se à possibilidade de uma Ciência Ocupacional que não se restrinja ao conceito de ocupação. Aqueles que constroem a área estariam abertos ao diálogo e/ou à inclusão de outros vocábulos para o desenvolvimento de seus estudos e, conseqüentemente, para o embasamento de ações profissionais, como as dos terapeutas ocupacionais?

Publicações de seus pesquisadores (Hocking & Wright-St. Clair, 2011; Pierce, 2014; Pollard et al., 2010), fóruns organizados para a disseminação de seu conhecimento, como a *I World Occupational Science Conference*, como também seu principal veículo acadêmico, o *Journal of Occupational Science*, têm discursivamente assinalado intencionalmente perspectivas globais como relevantes para a construção futura da Ciência Ocupacional. Nesse bojo, para a efetivação de tal perspectiva, em articulação com a área de Terapia Ocupacional, é preciso que se reconheça a pluralidade de vocabulários, histórias e culturas em curso, inclusive rediscutindo-se o próprio conceito de ocupação, assim como adicionando outros vocábulos e conceitos que com ele se associem.

CONCLUSÕES

Em suma, a hegemonia na Terapia Ocupacional tem se constituído pela produção de conhecimento no contexto anglo-saxão, no qual a centralidade do conceito de ocupação tem se caracterizado desde o *lócus* de ação profissional de terapeutas ocupacionais até a finalidade de sua ação. Essa constatação se dá pela definição de Terapia Ocupacional assumida pela WFOT, assim como pelo desenvolvimento de outros percursos, como o da Ciência Ocupacional.

A partir de uma perspectiva radicada na realidade brasileira, propomos a ampliação dos termos utilizados para designar o *lócus* de ação de terapeutas ocupacionais para, além da ocupação, a coexistência dos conceitos de atividade humana, cotidiano e modos de vida. Igualmente, a finalidade da ação profissional poderia ser assumida para além da promoção do engajamento ocupacional, expandindo-se para a busca da inserção/inclusão social, da emancipação e da autonomia e da participação social. Tal direcionamento pode contribuir para o enfrentamento de desigualdades vivenciadas

em diferentes sociedades nas quais terapeutas ocupacionais atuam, lidando com as consequências de marcadores sociais da diferença, como classe, raça, gênero, corporeidades, deficiências e locais de moradia.

O que se coloca em pauta é a necessidade de análises acerca daquilo que, em termos conceituais e, conseqüentemente, formativos, melhor responderia às demandas reais e concretas dos sujeitos com quem trabalham os terapeutas ocupacionais, reconhecendo a historicidade dos processos sociais em sua dimensão local e cultural, incluindo o desenvolvimento da própria Terapia Ocupacional. Pois, certamente, não é a demanda que deve ser moldada ao conceito, mas sim o conceito que deve auxiliar na produção de respostas teórico-metodológicas aos múltiplos desafios presentes nas tão diversas vidas com as quais se encontram, em seu fazer, os terapeutas ocupacionais.

Não se quer pontuar conceitos certos ou errados, adequados ou inadequados, a riqueza das elaborações acadêmicas está nessa polissemia de caminhos que, trilhados, podem e devem demonstrar aonde levam ou onde chegam. O que deve balizar a escolha teórico-metodológica do profissional é o constructo que melhor contribua com a efetiva e responsável produção de respostas às demandas dos sujeitos para os quais se volta em sua ação.

Sob tal perspectiva, considera-se possível o estabelecimento de diálogos horizontais com a Terapia Ocupacional hegemônica, como também com a Ciência Ocupacional, desde que haja espaço para a incorporação e coexistência de vocábulos e conceitos, que considerem histórias e culturas locais e diversas.

Portanto, ressalta-se, mais uma vez, que falamos desde o Brasil, com base em nossa realidade percebida, vivida e refletida por nós. Se, por um lado, isso pode ser um limitador, dado seu contexto particular, por outro lado, pode auxiliar na composição de perspectivas diversas advindas de outras realidades, igualmente locais, ainda que mais disseminadas pela força da própria estrutura global da qual são produto, para a melhor constituição do que pode ser comum.

REFERÊNCIAS

- American Occupational Therapy Association [AOTA]. (2002). Occupational therapy practice framework: Domain and process. *American Journal of Occupational Therapy*, 56, 609–639.
- Barros, D. D., Ghirardi, M. I. G. & Lopes, R. E. (1999). Terapia ocupacional e sociedade. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 10 (2/3), 71-76.
- Barros, D. D., Ghirardi, M. I. G. & Lopes, R. E. (2002). Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 13(3), 95-103. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i3p95-103>
- Barros, D. D., Ghirardi, M. I. G. & Lopes, R. E. (2007). Terapia ocupacional social: uma perspectiva sociohistórica. In F. Kronenberg, S. S. Algado e N. Pollard (eds.), *Terapia ocupacional sin fronteras: aprendiendo del espíritu de supervivientes* (pp. 141-153). Médica Panamericana.
- Barros, J. D'A. (2016). *Os conceitos: Seus usos nas ciências humanas*. Editora Vozes.
- Barros, J. D'A. (2021). *O uso dos conceitos - uma abordagem interdisciplinar*. Editora Vozes.
- Bastos, P. N. (2020). Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. *MATRIZES*, 14(1), 193-220. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i1p193-220>
- Bezerra, W. C., Lopes, R. E. & Basso, A. C. S. (2022). As estruturas da vida cotidiana e a terapia ocupacional: tensionando limites e possibilidades no/do exercício profissional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30, e3031. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoEN22983031>
- Black, M. H., Milbourn, B., Desjardins, K., Sylvester, V., Parrant, K. & Buchanan, A. (2019). Understanding the meaning and use of occupational engagement: Findings from a scoping review. *British Journal of Occupational Therapy*, 82(5), 272–287. <https://doi.org/10.1177/0308022618821580>
- Bourdieu, P. (1993). *Sociology in question* (Theory, Culture & Society, Vol. 18). Sage.
- Calhoun, A. D. (2021) The development and future of occupational science: A budding occupational scientist's reflections and assertions about the discipline. *Journal of Occupational Science*, 28(2), 193-207. <https://doi.org/10.1080/14427591.2020.1801492>
- Castel, R. (2003). *From manual workers to wage laborers: Transformation of the social question* (R. Boyd, trad.). Transaction.
- Clark, F. A., Parham, D., Carlson, M. E., Frank, G., Jackson, J., Pierce, D., Wolfe, R. J. & Zemke, R. (1991). Occupational science: Academic innovation in the service of occupational therapy's future. *American Journal of Occupational Therapy*, 45(4), 300–310. <http://doi.org/10.5014/ajot.45.4.300>
- Dickie, V., Cutchin, M. P. & Humphry, R. (2006). Occupation as transactional experience: A critique of individualism in occupational science. *Journal of Occupational Science*, 13(1), 83-93.
- Escorel, S. (1999). Exclusão social: em busca de uma categoria. In S. Escorel, *Vidas ao léu* (pp. 23-81). Fiocruz.
- Farias, L. & Laliberte-Rudman, D. (2016) A critical interpretive synthesis of the uptake of critical perspectives in occupational science. *Journal of Occupational Science*, 23(1), 33-50, <https://doi.org/10.1080/14427591.2014.989893>
- Farias, M. N. & Lopes, R. E. (2021). Circulação cotidiana e uma práxis terapêutico-ocupacional social. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 25, e200717. <https://doi.org/10.1590/interfaca.200717>
- Fogelberg, D. & Frauwirth, S. (2010). A complexity science approach to occupation: Moving beyond the individual. *Journal of Occupational Science*, 17(3), 131-139.
- Francisco, B. (1988). *Terapia Ocupacional*. Papyrus.
- Frank, G. (2012). The 2010 Ruth Zemke Lecture in occupational science occupational therapy/occupational science/occupational justice: Moral commitments and global assemblages. *Journal of Occupational Science*, 19(1), 25-35.
- Fransen, H., Pollard, N., Kantartzis, S. & Viana-Moldes, I. (2015). Participatory citizenship: Critical perspectives on client-centred occupational therapy. *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, 22(4), 260-266. <https://doi.org/10.3109/11038128.2015.1020338>
- Fraser, N. (2003). A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 7-20. <http://rccs.revues.org/1250>

- Fraser, N. (2004). Repensando a questão do reconhecimento: superar a substituição e a reificação na política cultural. In C. A. Baldi (org.), *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (R. Cataldo Costa, trad.). Renovar.
- Galheigo, S. M. (2020). Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 5-25. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2590>
- Gallie, D., Paugam, S. & Jacobs, S. (2003). Unemployment, poverty and social isolation: Is there a vicious circle of social exclusion? *European Societies*, 5(1), 1-32. <https://doi.org/10.1080/1461669032000057668>
- Gerlach, A. J., Teachman, G., Laliberte-Rudman, D., Aldrich, R. & Huot, S. (2018). Expanding beyond individualism: Engaging critical perspectives on occupation. *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, 25(1), 35-43. <https://doi.org/10.1080/11038128.2017.1327616>
- Goffman, E. (1961). *Asylums: Essays on the social situation of mental patients and other inmates*. Anchor Books Doubleday & Company.
- Guajardo, A., Kronenberg, F. & Ramugondo, E. L. (2015). Southern occupational therapies: emerging identities and practices. *South African Journal of Occupational Therapy*, 45(1), 3-10. <http://dx.doi.org/10.17159/2310-3833/2015/v45no1a2>
- Guerra, I. (1993). Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 3, 59-74.
- Gupta, J. & Taff, S. D. (2015). The illusion of client-centred practice. *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, 22(4), 244-251. <https://doi.org/10.3109/11038128.2015.1020866>
- Hammel, J., Magasi S., Heinemann, A., Whiteneck, G., Bogner, J. & Rodriguez, E. (2008). What does participation mean? An insider perspective from people with disabilities. *Disability & Rehabilitation*, 30(19), 1445-1460. <https://doi.org/10.1080/09638280701625534>
- Heller, A. (1984). *Everyday life*. Broadway House.
- Hocking, C. & Wright-St. Clair, V. (2011). Occupational science: Adding value to occupational therapy. *New Zealand Journal of Occupational Therapy*, 58(1), 29-35.
- Kantartzis, S. & Molineux, M. (2017). Collective occupation in public spaces and the construction of the social fabric. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, 84(3), 168-177. <http://doi.org/10.1177/0008417417701936>
- Kennedy, J. & Davis, J. A. (2017). Clarifying the construct of occupational engagement for occupational therapy practice. *OTJR: Occupation, Participation and Health*, 37(2), 98-108. <https://doi.org/10.1177/1539449216688201>
- Kielhofner, G. (2008). *Model of human occupation: Theory and application* (5th Edition). Williams & Wilkins.
- Kinsella, E. A. & Whiteford, G. E. (2009). Knowledge generation and utilisation in occupational therapy: Towards epistemic reflexivity. *Australian Occupational Therapy Journal*, 56(4), 249-258. <https://doi.org/10.1111/j.1440-1630.2007.00726.x>
- Laliberte-Rudman, D. (2013). Enacting the critical potential of occupational science: Problematizing the 'individualizing of occupation.' *Journal of Occupational Science*, 20(4), 298-313. <https://doi.org/10.1080/14427591.2013.803434>
- Laliberte-Rudman, D. (2018). Occupational therapy and occupational science: building critical and transformative alliances. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 26(1), 241-249. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoEN1246>
- Lewis, H., Dwyer, P., Hodkinson, S. & Waite, L. (2015). Hyper-precarious lives: Migrants, work and forced labour in the Global North. *Progress in Human Geography*, 39(5), 580-600. <https://doi.org/10.1177/0309132514548303>
- Lima, E. M. F. A. (2020). Atividades, mundo comum e formas de vida: contribuições do pensamento de Hannah Arendt para a terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(3), 1037-1050. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1995>
- Lobo, E. S. (1992). Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. *Tempo Sociológico*, 4 (1-2), 7-15. <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v4i1/2.84907>
- Lopes, R. E. (1990). Currículo mínimo para terapia ocupacional: uma questão técnico-ideológica. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 1(1), 33-41.

- Lopes, R. E. (2021). Citizenship, rights, and social occupational therapy. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (eds.), *Social occupational therapy: Theoretical and practical designs* (pp. 1-10). Elsevier.
- Lopes, R. E. & Borba, P. L. O. (2022). Em defesa da terapia ocupacional na educação para a inclusão radical. Em R. E. Lopes & P. L. O. Borba (org.), *Terapia ocupacional, educação e juventudes: Conhecendo práticas e reconhecendo saberes* (pp. 33-48). EdUFSCar.
- Lopes, R. E. & Malfitano, A. P. S. (2021). *Social occupational therapy: Theoretical and practical designs*. Elsevier.
- Lopes, R. E. & Malfitano, A. P. S. (Org.) (2023). *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos* (2a. ed). EdUFSCar.
- Lussi, I. A. O. (2020). Emancipação social e terapia ocupacional: aproximações a partir das Epistemologias do Sul e da ecologia de saberes. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(4), 1335-1345. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoEN2015>
- Magalhães, L., Farias, L., Rivas-Quarneti, N., Alvarez, L. & Malfitano, A. P. S. (2019). The development of occupational science outside the Anglophone sphere: Enacting global collaboration. *Journal of Occupational Science*, 26(2), 181-192. <https://doi.org/10.1080/14427591.2018.1530133>
- Magalhães, L. V. & Galheigo, S. M. (2010). Enabling international communication among Brazilian occupational therapists: seeking consensus on occupational terminology. *Occupational Therapy International*, 17, 113-124.
- Malfitano, A. P. S. & Lopes, R. E. (2021). Preface. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (org.). *Social occupational therapy: Theoretical and practical designs* (pp.13-21). Elsevier.
- Malfitano, A. P. S., Whiteford, G. & Molineux, M. (2021). Transcending the individual: the promise and potential of collectivist approaches in occupational therapy. *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, 28(3), 188-200. <https://doi.org/10.1080/11038128.2019.1693627>
- Marcolino, T. Q., Benetton, J., Cestari, L. M. Q. & Mello, A. C. C. (2020). Diálogos com Benetton e Latour: possibilidades de compreensão da inserção social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(4), 1322-1334. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF2032>
- Matsukura, T. S. & Salles, M. (orgs). (2016). *Cotidiano, atividade humana e ocupação*. EduFSCar.
- Melo, K. M. M. (2021). *Entre rupturas e permanências: modos de vida e estratégias de enfrentamento à vida nas margens no cotidiano de pessoas trans* [Teses doutoral, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15263>
- Melo, K. M. M. & Lopes, R. E. (2023). Modos de vida, experiências trans e enfrentamentos: considerações para a ação técnica em terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. No prelo.
- Morris, K. & Cox, D. (2017). Developing a descriptive framework for "occupational engagement". *Journal of Occupational Science*, 24(2), 152-164. <https://doi.org/10.1080/14427591.2017.1319292>
- Nascimento, B. A. (1990). O mito da atividade terapêutica. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 1(1), 17-21.
- Nascimento, B. A. (1991). *Loucura, trabalho e ordem: o uso do trabalho em instituições psiquiátricas* [Teses de mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Oliveira, L. (1997). Os excluídos "existem"? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(33), 49-61.
- Pan, L. C., Borba, P. L. O. & Lopes, R. E. (2022). Recursos e metodologias para o trabalho de terapeutas ocupacionais na e em relação com a escola pública. In R. E. Lopes & P. L. O. Borba (org.), *Terapia ocupacional, educação e juventudes: Conhecendo Práticas e Reconhecendo Saberes* (pp. 97-126). EdUFSCar.
- Pereira, R. B. (2017). Towards inclusive occupational therapy: Introducing the CORE approach for inclusive and occupation-focused practice. *Australian Occupational Therapy Journal*, 64(6), 429-435. <https://doi.org/10.1111/1440-1630.12394>
- Pierce, D. (2014). Occupational science for occupational therapy: A look into the future. In D. Pierce, (Org.), *Occupational science for occupational therapy* (pp. 347-350). Slack.
- Pollard, N., Sakellariou, D. & Lawson-Porter, A. (2010). Will occupational science facilitate or divide the practice of occupational therapy? *International Journal of Therapy & Rehabilitation*, 17(1), 40-47. <http://doi.org/10.12968/ijtr.2010.17.1.45992>
- Richards, L. & Galvaan, R. (2018). Developing a socially transformative focus in occupational therapy: insights from South African practice. *South African Journal of Occupational Therapy*, 48(1), 3-8. <https://dx.doi.org/10.17159/2310-3833/2017/vol-48n1a2>

- Safatle, V. (2019). Crítica da autonomia: liberdade como heteronomia sem servidão. *Discurso*, 49(2), 21-41. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2019.165473>
- Salles, M. M. & Matsukura, T. S. (2013). Estudo de revisão sistemática sobre o uso do conceito de cotidiano no campo da terapia ocupacional no Brasil. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFS-Car*, 21(2), 265-273. <https://doi.org/10.4322/cto.2013.028>
- Santos, B. S. (2005). Reinventing social emancipation: Toward new manifestos. In B. S. Santos (org.), *Democratizing democracy. Beyond the liberal democratic canon* (pp. xvii-xxiii). Verso.
- Silva, A. C. C. & Oliver, F. C. (2021). Social participation in occupational therapy: is it possible to establish a consensus? *Australian Occupational Therapy Journal*, 68(6), 535-545. <https://doi.org/10.1111/1440-1630.12763>
- Silva, C. R. (2019). *Atividades humanas & terapia ocupacional: saber-fazer, cultura, política e outras resistências*. Hucitec.
- Soares, L. B. T. (1991). *Terapia ocupacional: Lógica do capital ou do trabalho?* Hucitec.
- Souza, J. R. B., Borba, P. L. O., Pan, L. C. & Lopes, R. E. (2021). Inclusion and democracy in education: an exploration of concepts and ideas for occupational therapists. *World Federation of Occupational Therapists Bulletin*, 77(2), 107-113. <http://dx.doi.org/10.1080/14473828.2021.1921929>
- Taff, S. D. & Putnam, L. (2022). Northern philosophies and professional neocolonialism in occupational therapy: a historical review and critique. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30, e2986. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO22642986>
- Von Poellnitz, J. C. & Silva, C. R. (2019). Sobre a linguagem: sentidos para uso de termos e conceitos. In C. R. Silva (ed.), *Atividades humanas & terapia ocupacional: saber-fazer, cultura, política e outras resistências* (pp. 80-96). Hucitec.
- Whiteford, G., Townsend, E. & Hocking, C. (2000). Reflections on a renaissance of occupation. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, 67(1), 61-69. <https://doi.org/10.1177/000841740006700109>
- Willard, H. S. & Spackman, C. S. (1973). *Terapêutica ocupacional*. Editorial JIMS.
- Wirth, L. (1938). Urbanism as a way of life. *American Journal of Sociology*, 44(1), 1-24.
- World Federation of Occupational Therapists [WFOT]. (2012). *Statement on occupational therapy, 2012*. WFOT. <https://www.wfot.org/about/about-occupational-therapy>